

# PROFISSÃO PROFESSOR DE DANÇA: UMA BREVE CARTOGRAFIA DO ENSINO DE DANÇA NO ESTADO DE SÃO PAULO

OCCUPATION DANCE TEACHER: A SHORT CARTOGRAPHY OF DANCE TEACHING IN THE  
STATE OF SAO PAULO

**Márcia Strazzacappa**

Professora da Faculdade de Educação da  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.  
Bolsista Produtividade Pesquisa do CNPq.

*Resumo:* O artigo traz alguns resultados da pesquisa Profissão: professor de dança, com uma cartografia sobre o ensino de arte/dança em escolas públicas de 5 cidades de SP após 1997. Foram analisadas questões como se a dança ocorria na aula de arte ou extra-curricularmente, a infraestrutura física e a formação do professor responsável. O artigo analisa ainda a abertura de novas licenciaturas em arte diante do campo de atuação de seus egressos.

*Palavras-chave:* ensino de dança, licenciatura, profissionalização.

*Abstract:* This article shows some considerations about the research “Occupation: Dance Teacher”, with a cartography about the Art/Dance teaching in public schools in 5 cities of the State of São Paulo, Brazil after 1997. Questions such as if dance was being taught as an obligatory subject or as an extracurricular activity, and the physical and human structure for its teaching, were analyzed. Additionally this article investigates the opening of new teaching training programs in the Art field.

*Keywords:* dance teaching, teacher’s training, professionalization.

## Do contexto em que o projeto se inseriu

O projeto *Profissão Professor de Dança* visava analisar as condições de formação e atuação dos artistas da dança, sobretudo no que toca sua condição como professor e/ou instrutor de dança no Estado de São Paulo após 1997.

Intitula-se “professor de dança” o graduado em curso superior de licenciatura (terceiro grau) em dança ou em áreas afins. “Instrutor” é aquele que possui uma formação completa em curso livre, geralmente ofertado em academias e estúdios privados,

ou se graduou em curso técnico (segundo grau) regulamentado pelos MEC, ou ainda, possui apenas um diploma de bacharelado embora ministre aulas de dança. “Monitor” é aquele que cursou exclusivamente um curso livre ou ainda está em formação, porém já atua ministrando oficinas e/ou auxiliando professores e instrutores. Segundo a legislação brasileira, o professor é o único habilitado a atuar na educação básica formal, sendo portador de diploma de licenciatura. O instrutor pode atuar em oficinas e em cursos livres presentes na educação não-formal (ONGs, Casas de Cultura, Projetos Sociais,

entre outros) que, atualmente, representam o segmento que mais emprega profissionais do campo da arte.

A opção pelo período após 1997 estava relacionada ao fato de que com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB9394 em 01 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), o Ensino de Arte passou a ser conteúdo obrigatório nas Escolas de Ensino Fundamental. À mesma época, os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN (BRASIL, 1997) da área de arte indicaram que a dança deveria ser contemplada ao lado das demais linguagens artísticas como o teatro, a música e as artes visuais. A LDB, em seu artigo 62, especificava que todo professor de escola deveria ser portador de diploma de licenciatura, o que conduziu às salas de aula das universidades inúmeros professores em exercício de suas funções, formados no antigo “Magistério”, para obterem o diploma de licenciatura em pedagogia.

Em investigações anteriores já havia abordado questões sobre o ensino de arte na escola identificando quais linguagens artísticas estavam sendo trabalhadas como conteúdo de arte após a promulgação da (então nova) LDB e analisando quem estava ministrado essas aulas, se o professor especialista (no caso, aquele graduado em Educação Artística) ou o professor de sala. Naquela ocasião, verificou-se que o ensino de artes plásticas como conteúdo da aula de Arte prevalecia e que isso ocorria, entre outros fatores, em virtude:

1) da formação da maioria dos professores de arte que não abrangeu as demais linguagens artísticas (licenciados na então denominada Educação Artística);

2) do fato de que a maioria das escolas não estava equipada para acolher outras formas de ensino-aprendizagem a não ser a convencional, isto é, em sala de aula com carteiras e lousa;

3) da ausência de concursos públicos para professor especialista que permitisse a inscrição de licenciados em dança. (STRAZZACAPPA, Relatório de Pesquisa, março 2007)

No que toca a educação não-formal, por vezes equivocadamente denominada educação informal<sup>1</sup>, verificou-se que os professores que atuavam nas escolas livres de dança (conservatórios, academias, estúdios de dança) não tinham necessariamente um curso superior, mesmo porque não lhe é exigido (seja na própria área de dança, áreas afins ou ainda em outras áreas do conhecimento) e eram, em sua maioria, egressos das próprias escolas. Isso evidenciava que nos cursos de formação artística, as escolas se retroalimentavam, formando artistas da dança que, por sua vez,

1 A educação não-formal é aquela que, embora obedeça a uma estrutura e a uma organização e possa levar a uma certificação, não apresenta tempos e locais fixos e tem flexibilidade na adaptação de conteúdos. Este tipo de educação ocorre sobretudo no terceiro setor (ONG), em clubes, estúdios, Igrejas, escolas de inglês, de natação, de dança, que são reconhecidas como espaço de educação complementar. No campo da educação informal está a educação do cidadão no cotidiano, na rua, em casa, nas manifestações populares, nas festividades. Sobre esse assunto, vide: PARK, M., FERNANDES, R. e CARNICEL, A. *Palavras-chave em Educação Não-Formal*, Campinas, CMU/UNICAMP, 2007.

acabam se tornando os instrutores da própria instituição, perpetuando a genealogia de um estilo ou linha de dança.

Acompanhei, entre 2000 e 2008, como professora responsável pelas disciplinas pedagógicas obrigatórias na formação de professores, questões ligadas à formação dos licenciados em Dança da UNICAMP. Acompanhei de forma mais pontual, como coordenadora das Licenciaturas desta universidade (gestão 2001/2004) as discussões decorrentes da publicação das novas Diretrizes para os Cursos Superiores, que acarretaram em reformulações curriculares em todos os cursos de formação de professores da universidade (19 cursos ao todo). Participei igualmente, de forma ativa e direta, em âmbito nacional e regional (respectivamente, como membro do Fórum Nacional de Dança e como membro do Instituto de Dança SP) das discussões e dos embates ocorridos em diferentes espaços acadêmicos e políticos, referentes às ingerências de um conselho profissional de outra área do conhecimento (CONFEF<sup>2</sup>) sobre o campo de atuação dos artistas da dança, tanto na educação formal quanto não-formal. O referido conselho afirmava que apenas os licenciados em Educação Física estariam aptos a dar aulas de dança nos diferentes espaços de formação, desconhecendo a existência de cursos superiores específicos e, sobretudo, descaracterizando a dança como área do conhecimento do campo da Arte.

Este foi o cenário que alimentou e justificou a existência da pesquisa “Profissão: professor de dança”, realizada entre 2007 e 2010, desenvolvida junto ao Laboratório de Estudos sobre Arte, Corpo e Educação-Laborarte, um grupo de pesquisas vinculado à Faculdade de Educação que valoriza e incentiva investigações e ações nos “espaços do entre”, isto é, na interdisciplinaridade. A pesquisa contou com a participação e colaboração de estudantes bolsistas, um de Iniciação Científica<sup>3</sup> e outro bolsista trabalho/SAE.

Ao iniciar a pesquisa de campo, verifiquei a necessidade de redimensionar o projeto inicial. Como costumo afirmar aos orientandos ingressantes no programa de pós-graduação, um projeto é sempre uma carta de intenções e/ou a expressão de um desejo. Por vezes, as intenções são boas e/ou os desejos legítimos, porém as condições para a realização não são suficientes para o tamanho da empreitada. Assim, do desejo original de realizar uma ampla cartografia sobre formação e atuação do artista da dança em “todo” o Estado de São Paulo, acabamos por analisar a formação e as condições de atuação do professor e/ou instrutor de dança por meio de uma amostragem composta por cinco cidades com mais de 400 mil habitantes, cada uma de uma região do estado de São Paulo (região

2 CONFEF - Conselho Federal de Educação Física

3 No presente artigo, discutiremos especificamente o subprojeto “Cartografia do ensino de dança na Rede Pública de Ensino de São Paulo (2009/2010) que contou com a participação da estudante Pollyanna Rodrigues da Silva (graduação em Dança).

sudoeste, noroeste, vale do Paraíba, baixada santista e centro).

Os municípios selecionados para a amostragem foram: Campinas (1.064.669 habitantes), Presidente Prudente (207.725 habitantes)<sup>4</sup>, Santos (417.098 habitantes), São José dos Campos (615.871 habitantes) e São José do Rio Preto (419.632 habitantes). Nesta amostragem, o recorte foi verificar a existência (ou não) de aulas de dança dentro da grade curricular das escolas públicas municipais e/ou dentro de projetos oficialmente mantidos pelas respectivas secretarias de educação e/ou de cultura.

Será que o ensino de dança está sendo contemplado nas escolas públicas, como previsto nos PCNs? Se sim, de que forma - como atividade regular dentro da disciplina Arte, ou como atividade extra-curricular? Em que espaço físico? Qual o profissional que tem trabalhado com esta linguagem? O professor de sala ou o especialista? Qual foi sua formação? Quem tem ministrado de fato as aulas de arte - o professor especialista, o professor de sala ou outro professor? Que dança (estilo, técnica) tem sido abordada dentro deste conteúdo? Estas foram algumas

---

4 Dentre estes municípios, observa-se que a cidade de Presidente Prudente não alcança os 400 mil habitantes inicialmente apresentado como número-limite. De fato, na região Oeste do Estado de São Paulo não há municípios que alcancem essa população, assim, optamos por ter maior representatividade das regiões, definindo, na região oeste, a cidade com maior número de habitantes.

das questões que embasaram a pesquisa, desenvolvida junto às Secretarias Municipais de Educação das cidades definidas em nossa amostragem.

A pesquisa foi feita por meio de entrevistas e de um questionário aplicados junto às diretorias de ensino e/ou aos responsáveis indicados por estas, além de visitas *in locu*. A entrevista/questionário contava com perguntas abertas e fechadas nas quais cada diretoria teria de responder se o ensino de dança era contemplado em seu município, de que forma, com qual profissional e qual a infraestrutura disponível para essas atividades.

No presente artigo não irei apresentar os dados detalhados de cada município, nem de cada escola. Apresentarei um panorama geral por meio do qual tecerei algumas considerações. Meu intuito é contribuir para a discussão sobre a formação de professores para atuar com o ensino de arte na escola. A pesquisa enfocava especificamente a condição do licenciado em dança, porém, ao adentrar o espaço escolar, acabou-se por se aproximar da dificuldade de licenciados em outras linguagens como o teatro e a música. Assim, as discussões aqui levantadas abrangem desde as licenciaturas em artes (antiga educação artística) às licenciaturas em dança, em teatro, em pedagogia da arte, em arte e design e tantas outras novas nomenclaturas utilizadas para designar a formação de professor de arte.

Considero igualmente pertinente e atual esta reflexão diante do aumento significativo no número de cursos superiores de Dança

no Brasil, sobretudo de cursos específicos de licenciatura - formação de professores<sup>5</sup>. Parte deste crescimento na oferta de cursos superiores de dança se deve ao projeto REUNI - projeto do governo federal para reestruturação e expansão das universidades federais, cujo objetivo era:

(...) criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade de sistema de ensino superior. (Portal do MEC, acessado em 24 de janeiro de 2011).

Dentre as regras para participar do projeto, as instituições de ensino superior poderiam propor apenas a abertura de cursos inéditos em seus respectivos *campi*. Para algumas universidades, o REUNI foi a oportunidade para concretizar um antigo projeto, já pronto ou esboçado, que aguardava verbas. Para outras, o REUNI acabou despertando o interesse pela dança, como a linguagem artística faltante dentre as demais graduações já existentes. Sabe-se que há projetos de abertura de novos cursos de licenciatura em estudo (ou em andamento) no campo das artes cênicas, artes do espetáculo, dança, entre outros e espero que as informações expostas nesse artigo possam contribuir para reflexões destes novos cursos,

afinal, se estão começando, que possam se alimentar das experiências anteriormente acumuladas por outras instituições.

### Da apresentação dos dados da pesquisa

Os dados levantados na pesquisa identificaram que, dentre os municípios da amostragem, a cidade de Campinas, localizada a 90 quilômetros da capital do estado, com 193 escolas públicas de Ensino Fundamental, se destaca por ter apresentado o maior número de projetos educacionais voltados para o ensino de dança nas escolas (dois): o *ProDança – Criança Escola* e o *Programa Arte e Movimento*. Estes projetos trazem a dança para o ambiente escolar como oficinas pedagógicas extracurriculares, que ocorrem no período oposto ao horário das aulas da grade, e têm como objetivo proporcionar atividades de dança para crianças carentes, funcionando como uma alternativa sócio-educacional para os alunos que se encontram em situação de risco, fazendo valer a afirmação de que “quanto mais tempo os alunos passarem na escola, menos tempo ficarão nas ruas em contato com o tráfico de drogas, a prostituição, ...” (depoimento de entrevista)

Em ambos projetos, são oferecidas aulas de diversos estilos além do tradicional balé clássico, tais como jazz, dança de rua, sapateado, flamenco e danças populares, e cabe ao aluno decidir em qual turma se inscrever, desde que tenha horário disponível para frequentá-la. Aliás, uma das condições para continuar no projeto, cuja demanda é

5 O crescimento nos cursos de dança foi destaque da mídia. Vide matéria do jornal Folha de São Paulo de 10 de dezembro de 2010, intitulada “Dança eleva participação em ensino superior”.

maior do que a oferta, é a assiduidade nas aulas.

As aulas são ministradas por instrutores contratados, por voluntários que se inscrevem no projeto e até mesmo pelos próprios alunos, que passam a atuar como monitores das aulas quando se destacam em alguma das atividades.

Observou-se que por se tratar de projetos pontuais, não há critérios claros para a definição do perfil do profissional que deverá atuar como instrutor dessas aulas. O que se sabe é que a formação desses professores e instrutores, em sua maioria, não se deu em cursos superiores de dança, e sim em academias e escolas de balé privadas da cidade.

No caso do *ProDança*, especificamente, existe uma parceria com a Unicamp, que, por meio do Programa de Estágio da Licenciatura em Dança, incentiva seus alunos a fazerem parte do projeto, porém ao término de suas atividades os estagiários desvinculam-se do projeto e não dão continuidade às aulas. (SILVA, 2009, p. 5)

Em 2005, o projeto chegou a atuar em 67 escolas públicas do município, oferecendo aulas de diversos estilos de dança. Recentemente, o projeto perdeu uma parte significativa do apoio financeiro que recebia da prefeitura, ficando restrito a apenas duas escolas municipais da cidade, além das atividades que ocorrem na sede do projeto.

O *Programa Arte e Movimento*, criado pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME)

e pela Fundação Municipal para Educação Comunitária (Fumec), foi implementado em todas as escolas municipais e tinha como objetivo proporcionar aos alunos atividades extracurriculares no contra período das aulas. Trata-se de um programa que englobou projetos já existentes na rede, como o ProDança e a Fanfarras na Escola, oferecidas nas áreas de dança, música, teatro, artes visuais e educação física e incorporou outras ações como a Grafiteagem, as Artes Circenses e o Xadrez.

Constatamos que a dança se apresenta inserida no Programa em 22 das 193 escolas de ensino fundamental da cidade, e as aulas são ministradas pelos professores da rede que freqüentaram os cursos do ProDança, por voluntários e por alguns monitores contratados por tempo determinado.

Quanto à infraestrutura física disponível para a realização das atividades dos projetos, a preocupação era verificar se houve alguma mudança no quadro constatado em estudo anterior em que:

Empilhar carteiras para se conseguir um espaço vazio é praticamente condição *sine qua non* para quem se propõe a ministrar aulas de dança e/ou de teatro na escola. Raramente as instituições de ensino formal têm um espaço específico para atividades deste porte. Verificamos que não estão preparadas nem equipadas para acolher outras formas de ensino-aprendizagem que não seja a convencional: sala de aula com carteiras e lousa, para os alunos permanecem sentados e o professor à frente falando. (STRAZZACAPPA, 2008, p. 4)



Na presente pesquisa de campo, verificamos duas condições distintas: nas escolas pesquisadas, observou-se que as aulas ocorriam no pátio ou na quadra do colégio, não tendo em nenhuma delas uma sala específica para o ensino de dança. No caso do Projeto ProDança, em se tratando de um projeto que já existe há 18 anos e que conseguiu neste período adquirir sede própria, algumas aulas ocorriam na sede, em um espaço que foi adaptado para aulas de dança, com chão de madeira, barras, espelho e, quando disponível, linóleo. Um dos objetivos do projeto era instrumentalizar professoras da rede municipal para atuarem com o ensino de dança em suas salas e formar, dentre os alunos, monitores para a abertura de novas turmas. Neste espaço apropriado, as aulas eram voltadas para a formação dessas professoras e para os alunos adiantados que eram selecionados nas distintas escolas participantes do projeto. Para se deslocarem até o local, essas crianças recebiam auxílio na forma de vale-transporte.

Em síntese, os dados do município de Campinas confirmaram a hipótese de que o ensino de dança ocorre por meio de projetos específicos e pontuais e não vinculado à disciplina de Arte dentro da grade curricular nas escolas de educação básica.

No município de Santos, no litoral do Estado de São Paulo, em cerca de 40% das 67 escolas municipais de ensino fundamental, a dança está presente dentro das atividades do *Programa Escola Total*, proposto pela prefeitura. O programa consiste em oferecer

aos estudantes, no contra-período, cursos variados, realizados em parceria com universidades, sociedades de bairros, sindicatos, igrejas e clubes. O objetivo principal do projeto é, segundo o site da Prefeitura consultado:

(...) promover a inclusão educacional e social dos alunos, democratizando o acesso à cultura, à arte, ao esporte e à preparação para o trabalho. Contribuir para fortalecer auto-estima dos estudantes, o sentimento de identidade com o grupo e com a cidade, e também melhorar sua saúde e o rendimento escolar. Além disso, o programa visa minimizar a exposição das crianças e adolescentes às situações de risco social, ocupando o seu tempo ocioso. A expectativa é de reduzir os índices de violência, delitos, marginalização social, evasão escolar, gravidez na adolescência e consumo de drogas. (acessado em 19 de abril de 2009)

As aulas de dança são ministradas por monitores contratados ou voluntários, “desde que possuam algum conhecimento anterior na área”. (entrevista com secretaria de ensino, grifo meu). São ensinados diversos estilos, como dança de rua, balé clássico e jazz, além de expressão corporal, mas esta fica a cargo dos cursos de teatro.

Chamou-nos a atenção a presença da expressão “algum conhecimento” grifado na afirmação acima. Infelizmente, continua sendo comum nos depararmos com a crença de que para se atuar como professor de arte, não é necessária uma formação específica, basta “levar jeito”, “ter um pouco de talento” ou ainda “ter alguma habilidade”. Constatamos isso em investigação anterior sobre visões e crenças dos professores da rede sobre o

ensino de arte na escola (KAKAZU, 2007). Dentro desta lógica, para se ensinar dança, basta ser flexível ou ter jogo de cintura; para ser professor de teatro, basta ser extrovertido e comunicativo; para ser professor de música, basta ser afinado e ter ritmo.

A cidade de Santos, como Campinas, também não oferece ensino de dança vinculado à disciplina de Arte dentro da grade curricular.

A cidade de São José dos Campos, localizada no Vale do Paraíba, embora possua aproximadamente 120 escolas públicas de ensino fundamental, apresenta um único estabelecimento no qual há aulas de dança, a EMEF Sebastiana Cobra, segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Educação. As aulas de dança são vinculadas ao *Programa Arte Viva*. O referido programa tem como objetivo principal proporcionar aos alunos o desenvolvimento de atividades culturais que visam enriquecer a formação sócio-educacional das crianças, e para tal são oferecidas diversas aulas extracurriculares, que abrangem música, teatro, pintura e dança. As atividades com dança no projeto buscam “despertar nos alunos a consciência do próprio corpo e do espaço em sua volta, além de trabalhar questões culturais, visto que são abordados elementos das danças populares da região” (SILVA, 2010, p. 6).

Dentro desse programa foi observado que existe uma grande discrepância entre o número de escolas que trabalham com dança e as que trabalham com outras linguagens, como o teatro, por exemplo. Enquanto dança

só está presente em uma única escola, acima citada, as aulas de teatro estão presentes em pelo menos dez escolas deste município. Essa diferença, segundo a Secretaria de Educação, se dá pela falta de profissionais qualificados para ministrar tais aulas, vista a obrigação de se ter formação em curso superior na área de atuação e que um profissional de dança com tais características ainda é bastante raro naquela região. De fato, o número de cursos de licenciatura em teatro é maior que o número de licenciaturas em dança<sup>6</sup>, segundo dados do INEP.

Os municípios de Presidente Prudente com cerca de 60 escolas públicas de ensino fundamental e São José do Rio Preto com 97 escolas municipais de ensino não possuem projetos específicos de ensino de dança nem aulas de dança sendo ministradas dentro do componente curricular Arte.

### **Da análise dos dados e das considerações finais**

A pesquisa realizada, embora não conclusiva, confirmou a hipótese de que a dança ainda não é contemplada como um dos conteúdos da disciplina de Arte dentro da grade curricular obrigatória da educação fundamental, mesmo após 10 anos de LDB e da ampla divulgação de documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais e, no caso específico do Estado de São Paulo, do

6 Segundo os dados do Censo do Ensino Superior 2009 do INEP cruzados com o levantamento feito pelo GT Pedagogia Teatral da ABRACE, são 41 cursos superiores de teatro e 21 de dança.



Caderno do Professor<sup>7</sup>. Estes dois documentos oficiais foram elaborados por especialistas e, mesmo tendo sido alvo de algumas críticas, não se pode negar a amplitude de seus conteúdos, que apresentavam conceitos, fundamentos, história das linguagens artísticas; propunham atividades e exercícios a serem feitos em sala de aula e/ou em casa, além de outras informações como sugestões de sites, links, filmes, músicas, entre outros. Esses documentos são acessíveis a todos os professores e, em alguns estados, foram oferecidas oficinas para a divulgação dos mesmos. Apesar deste esforço por parte do Ministério e das Secretarias de Educação, fica claro que não basta se ter acesso à informação, se não houver a formação.

Se a dança não está presente como conteúdo da aula de arte, na grade curricular, a dança está definitivamente na escola, isto é, no espaço escolar. Essa foi outra constatação, mesmo que contraditória, que se chegou. A dança continua presente nas festividades do calendário cívico, principalmente nas Festas Juninas, e é trabalhada para esse fim nas aulas de Educação Física. Embora neste campo do conhecimento, a dança seja tida como um dos oito conteúdos a ser trabalhado, ao lado dos jogos, ginástica, esporte, lutas, entre outros; sabe-se que o enfoque é distinto daquele dado pela Arte. A dança, com suas características

<sup>7</sup> Caderno do professor é um material que foi distribuído para os professores do Ensino fundamental e do Ensino Médio. É “composto por 76 cadernos organizados por bimestre, por série e por matéria, ele indica com clareza o conteúdo a ser ministrado ao alunos da rede pública estadual.” (www.rededosaber.sp.org.br acessado em 24 de janeiro de 2011).

de produção artística, é ensinada no ambiente físico da escola, majoritariamente por meio de projetos extracurriculares e de iniciativas individuais isoladas, bancadas ou não pela secretaria de educação e ministrados por instrutores e/ou monitores. São raras as exceções nas quais se identificou um graduado em curso superior atuando.

O fato de serem projetos extracurriculares traz consigo alguns aspectos positivos e outros questionáveis. Os aspectos positivos dizem respeito a maior flexibilidade na organização das atividades, com expansão da duração das aulas (para além dos 45-50 minutos da grade), turmas compostas por um número menor de estudantes (com atenção individual) e possibilidade de aprofundamento no ensino. Os aspectos questionáveis tocam, principalmente, a exclusão, compreendida aqui sob vários sentidos: a) a exclusão de participantes em função da falta de habilidade, tendo em vista que alguns projetos somente aceitam estudantes mediante aprovação em processo seletivo severo, no qual o tipo físico e a flexibilidade corporais são levados em conta; b) a exclusão de participantes em função do limite espacial da sala. Se de um lado as turmas são menores para melhor desempenho da classe, de outro, a quantidade de turmas não dá conta da demanda de inscritos; c) a exclusão de estilos de dança. A dança que é oferecida por meio de projetos pontuais representa o desejo e a habilidade de seu proponente, logo, é oferecida uma única técnica ou linha, impedindo os estudantes de se apropriarem e/ou entrarem em contato

com outros estilos. Isso foge completamente do espírito do ensino de dança na escola.

Outro aspecto questionável diz respeito à continuidade das atividades pois, por vezes, os projetos são interrompidos sem aviso prévio em virtude de problemas financeiros, administrativos e/ou espaciais. Sendo projeto pontual também não permite que seja dado um enfoque de caráter pedagógico, pois está além da sala de aula. Os professores responsáveis pelos projetos não são especialistas. Diferentemente de professores contratados mediante concurso para o qual é necessário ser portador de diploma de curso superior, os projetos contratam instrutores para as aulas e/ou contam com o auxílio de monitores bolsistas ou voluntários. Por terem contratos precários, há uma flutuação de instrutores e, com isso, mesmo se o projeto tem uma longa duração, como visto em dois casos aqui estudados, a permanência do ministrante do curso não, logo, o vínculo entre professor e estudante, tão caro à educação, fica comprometido.

A pesquisa acabou por levantar dados que reafirmam a condição do licenciado em dança no Estado de São Paulo. Mesmo com um diploma de curso superior, sua inserção profissional não difere da daqueles que se formaram em cursos livres ou técnicos.

Ana Terra, professora da Universidade Anhembi-Morumbi/SP, artista da dança engajada com as discussões políticas da área, abordou esse assunto em sua palestra no Seminário de Dança<sup>8</sup> do Festival de Joinville

8 O Seminário de Dança foi idealizado pelo saudoso

de 2009, ao responder a indagação “onde se produz o artista da dança?” (COSTAS, 2010). Ela cita a lei do artista (6533/78) na qual são indicados três percursos para a profissionalização do artista da dança: um primeiro, composto pela soma de anos de estudos no ensino não-formal às experiências de participação em apresentações e produções artísticas (anos de palco), “o aspirante à artista da dança poderá obter seu registro profissional - o DRT - junto aos SATEDs ou ao SINDIDANÇA” (COSTAS, 2010, p.72); um segundo percurso é formar-se em um curso técnico reconhecido pelo MEC; e por último, o percurso do ensino superior, por meio da obtenção de um diploma de graduação que deverá ser apresentado junto à Diretoria Regional do Trabalho para o registro do DRT. Neste mesmo artigo, Costas apresenta a CBO/2002, Classificação Brasileira de Ocupações, que descreve as atividades previstas para o profissional da dança, dentre elas, destaca-se “pode ensinar dança”.

Para que se ter uma licenciatura em dança se a formação não difere das demais? Se não há mercado de trabalho para o professor de dança? Essas perguntas já foram feitas inúmeras vezes tanto por estudantes de cursos de licenciatura em dança quanto por aspirantes ao mesmo, em diferentes momentos e em distintas regiões, quando ministro oficinas ou dou palestras pelo Brasil.

---

Roberto Pereira como um espaço de reflexão acadêmica dentro do Festival de Dança de Joinville. O Seminário está em sua quarta edição. As palestras são posteriormente publicadas em livro lançado no ano subsequente.

As perguntas são legítimas afinal, se a dança não é oferecida oficialmente dentro da grade curricular, seja como conteúdo do ensino de Arte, seja como linguagem autônoma, como a música passou a ser com a Lei 11769/08, para que se graduar em curso superior de dança se basta ser formado em curso livre ou técnico?

É fato que quem faz uma graduação em dança não quer necessariamente ser professor ou, pelo menos, não quer ser professor de dança na educação básica. Em primeiro lugar, pelo desejo de dançar profissionalmente, apresentando-se no palco; em segundo lugar, porque prefere dar aulas para quem quer ser artista, não para o cidadão comum, logo, opta por dar aulas em cursos livres, estúdios, projetos; em terceiro lugar, pelo baixo salário e status da profissão de professor na atualidade. O artista da dança formado em curso superior atua como professor por uma questão de sobrevivência, raramente por opção.

A artista da dança e pesquisadora Lilian Vilela em sua pesquisa sobre os alunos egressos do curso de dança da UNICAMP aponta que:

Dentro da área de maior atuação profissional, destacam-se 94 casos de atuação na área docente. (...) Ficou evidente ainda que dentre as atuações na área docente a de maior representação corresponde a atuação em ambientes não formais, tais como academias, clubes e ONGs e a de menor representação concentra-se no ensino público formal não universitário, tais como escolas públicas do ensino fundamental. (VILELA, 2010, p. 113-114, grifos meus)

O mesmo ocorre com o graduado em curso técnico, como constato em pesquisa realizada por Ângela Ferreira que diz:

(...) do total de formandos dos últimos 20 anos, 3% trabalhou ou trabalha por um período como bailarino, 35% dedica-se ao ensino de dança, e 1% trabalha em áreas ligadas à dança (produção, figurinos, sonoplastia etc.), concluindo assim que 61% dos alunos egressos não trabalham com a dança, fato que instiga ainda mais a reflexão sobre qual o papel da dança na formação deste grande número de jovens que a buscam. (FERREIRA, 2010, p. 81, grifos meus)

A docência na educação não-formal ainda é a área de maior atuação profissional dos artistas da dança, sejam eles técnicos (segundo grau), bacharéis ou licenciados. Na educação formal, se as Secretarias de Educação dos diferentes estados ou municípios abrissem, na data de hoje, concursos para preenchimento de cargo de professor especialista em arte, com direito a se inscrever os licenciados nas diferentes linguagens artísticas, faltariam candidatos para todas as vagas. Presencia-se situação semelhante nos casos da sociologia e da filosofia que, após a alteração na legislação que lhes conferiu obrigatoriedade no Ensino Médio, faltam docentes para essas cadeiras. Logo, a questão não está apenas ligada à existência ou não de um mercado de trabalho mas a uma mudança de referencial. Faz-se necessária, por parte de gestores, um outro olhar sobre o ensino de arte e sobre o papel da dança na educação do cidadão e, por parte dos profissionais da área, sobre o

papel de uma formação superior. Mais do que formar professores e artistas da dança, as universidades formam (ou deveriam formar) pesquisadores, profissionais capacitados, críticos, pensadores e formadores de opinião (STRAZZACAPPA, 2010, p. 13).

Sem dúvida, se hoje a dança se faz mais presente no cotidiano da população (na escola, em projetos sociais, em documentos oficiais); se tem seu espaço garantido em órgãos administrativos; se é contemplada em leis de fomento específicas; se aparece com mais frequência na mídia, entre outros; isso se deve à atuação de profissionais e artistas da dança que nos antecederam, sobretudo pesquisadores e professores universitários. Daí a importância da ampliação de cursos de dança nos diferentes níveis, dos cursos técnicos aos cursos superiores, com destaque para esses últimos, nas diferentes regiões do país. Há um grande campo a ser explorado e, para tal, profissionais gabaritados são desejados. O futuro da dança no Brasil está apenas começando.

Artigo recebido em 21 de março de 2011.

Aprovado em 05 de abril de 2011.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Ministério da Educação: LDB 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares

nacionais: arte/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

COSTAS, Ana Maria Onde se produz o artista da dança? In: TOMAZONNI, A (org.) Algumas perguntas sobre dança e educação. Nova Letra, Joinville, 2010 .

FERREIRA, Ângela. Para que serve o curso técnico? In: TOMAZONNI, A (org.) Algumas perguntas sobre dança e educação. Nova Letra, Joinville, 2010

KAKAZU, Lúcia Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica referente ao projeto “Visões e crenças sobre o ensino de arte das professoras da Rede de Ensino da Região Metropolitana de Campinas” mimeo, Campinas, 2007.

PARK, M., FERNANDES, R. e CARNICEL, A. Palavras-chave em Educação Não-Formal, Campinas, CMU/UNICAMP, 2007.

SÃO PAULO, Secretaria Estadual da Educação, Imprensa Oficial, Cadernos do Professor, 2007.

SILVA, Pollyanna. Relatório parcial de pesquisa de Iniciação Científica referente da projeto “Cartografia do ensino de dança na rede pública de ensino de São Paulo“. Mimeo, Campinas, 2009.

STRAZZACAPPA, Márcia Empilhando carteiras a procura de um espaço vazio. Comunicação Oral. Anais da Reunião da ABRACE, Belo Horizonte, 2008.

STRAZZACAPPA, Márcia e MORANDI, Carla (2010) Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança, Papirus, 3ª. Edição

VILELA, Lilian Alunos egressos dos cursos de licenciatura em dança: onde eles estão agora? In: TOMAZONNI, A (org.) Algumas perguntas sobre dança e educação. Nova Letra, Joinville, 2010

#### Referências Eletrônicas Consultadas

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (acessado em 24 de janeiro de 2011)

[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

Prefeitura de Campinas (acessado em 19 de abril de 2009)

[www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)

Prefeitura de Santos (acessado em 19 de abril de 2009)

[www.santos.sp.gov.br](http://www.santos.sp.gov.br)

Portal da Secretaria de Educação do Estado de SP (acessado em 24 de janeiro de 2011)

[www.rededosaber.sp.org.br](http://www.rededosaber.sp.org.br)

MEC - Ministério da Educação

[www.mec.org.br](http://www.mec.org.br) (acessado em 24 de janeiro de 2011)

